



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/9/2015

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.811, 2.802 e 2.814/2015 (Antônio Jorge), 2.798, 2.807 e 2.810/2015 (Bonifácio Mourão), 2.794/2015 (Cristiano Silveira), 2.804 e 2.815/2015 (Isauro Calais), 2.805, 2.795 e 2.801/2015 (João Alberto), 2.792, 2.793, 2.800, 2.812 e 2.803/2015 (Leonídio Bouças), e 2.806, 2.796 e 2.809/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Registra-se a presença do deputado Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os projetos de lei mencionados entre parênteses são retirados da pauta por deliberação da comissão, atendendo a requerimentos dos deputados Leonídio Bouças e Bonifácio Mourão (2.252 e 2.253/2015), Cristiano Silveira (61, 90 e 969/2015), Leonídio Bouças (213, 358, 807, 1.093, 1.684, 1.752, 2.025 e 2.286/2015), Bonifácio Mourão (487 e 2.772/2015) e Antônio Jorge (2.167/2015). Registra-se a saída do deputado Sargento Rodrigues e a entrada do deputado Cabo Júlio (substituindo o deputado João Alberto, por indicação da liderança do BMM). São convertidos em diligência ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – Projeto de Lei Complementar nº 6/2015 (relator: deputado Isauro Calais), ao secretário de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 744/2015, e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 779/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira, sendo o último em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.067 e 2.201/2015, este último na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 192/2015 (relator: deputado Cabo Júlio, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 265/2015 com a Emenda nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Antônio Jorge. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 314/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 778/2015 (relator: deputado Isauro Calais) e 895/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira). Registra-se a saída do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.076/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). É convertido em diligência a secretária de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 1.160/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Registram-se a entrada do deputado Felipe Attiê (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do



BVC) e a saída do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.308/2015 e 1.452/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de redistribuição), e 2.511/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.879/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 1.973/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira, em virtude de redistribuição), ao secretário de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 1.382/2015, à secretária de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 1.462/2015, ao autor, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Canaã o Projeto de Lei nº 2.271/2015 (relator: deputado Felipe Attiê, em virtude de redistribuição), ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.048/2015, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao autor o Projeto de Lei nº 2.141/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição), ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 2.050 e 2.078/2015, ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – e à Prefeitura Municipal de Guanhães o Projeto de Lei nº 2.133/2015, e ao secretário de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 2.228/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.391, 1.565, 1.765 e 2.013/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.566, 2.227 e 2.280/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.277/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Cristiano Silveira, em virtude de redistribuição. Registram-se a saída do deputado Isauro Calais e Felipe Attiê e a entrada do deputado Tony Carlos (substituindo o deputado João Alberto, por indicação da liderança do BMM). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.720/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se o voto contrário do deputado Felipe Attiê. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.792/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). É convertido em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.733/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.898, 2.028 com a Emenda nº 1, 2.032, 2.033, 2.039, 2.071 com a Emenda nº 1, 2.083, 2.105, 2.125 e 2.127/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo os sete últimos em virtude de redistribuição); 1.977 e 2.087/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão, sendo o segundo em virtude de redistribuição); e 2.042, 2.084, 2.086, 2.128 e 2.157/2015, sendo o último com a Emenda nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.269/2015, em turno único, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 2.064, 2.065, 2.106 a 2.108, 2.124, 2.126, 2.129, 2.132, 2.134 a 2.136, 2.139, 2.140, 2.142 a 2.150, 2.154, 2.172 e 2.183/2015, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2015.

João Alberto, presidente – Antônio Jorge – Isauro Calais – Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/9/2015

Às 9h44min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a segurança pública no Município de São Sebastião do Paraíso, em especial medidas de combate ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rêmoló Aloise, prefeito de São Sebastião do Paraíso; Jerônimo Aparecido da Silva, presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso; Marcos Antônio Vitorino, vereador da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso; o Ten.-Cel. PM Sandro Wesley de Oliveira, comandante da 20ª Companhia Independente de São Sebastião do Paraíso, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar; o Maj. PM Marcos Antônio da Silva, subcomandante da 20ª Companhia Independente de São Sebastião do Paraíso; os Srs. Bráulio Stivanin Júnior, chefe do 18º Departamento de Polícia Civil de Poços de Caldas, representando o Sr. Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil; Marcus Roberto Piedade, delegado regional de Polícia Civil de São Sebastião do Paraíso; Miguel Félix de Souza, comandante da Guarda Municipal de São Sebastião do Paraíso; e Rômulo Aguiar Generoso, promotor de justiça da 3ª Promotoria de Justiça de São Sebastião do Paraíso, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião,



a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Professor Neivaldo.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/9/2015

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Douglas Melo (substituindo o deputado Duarte Bechir, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.298/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira), que recebeu parecer por sua aprovação, votando "sim" os deputados Cristiano Silveira, Douglas Melo e Professor Neivaldo, e não se registrando voto contrário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Durval Ângelo. É recebido pelo presidente e aprovado o Requerimento nº 3.366/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil pedido de providências para averiguar denúncia de suposta agressão a Cristiano Rodrigo Batista, no Município de São Roque de Minas, pelos policiais civis Salomão Alexandre Ferreira, Helder Lopes Florentino e Bruno Costa Pereira. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Rogério Correia – Geisa Teixeira.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS, EM 3/9/2015

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Douglas Melo (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Ricardo Faria, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Douglas Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Cássio Soares, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que solicita diligência a esta comissão para instruir o Projeto de Lei nº 1.132/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.367/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais à Delegacia de Carmo do Cajuru com a finalidade de averiguar denúncias de crime ambiental ocorrido no município, em que um cachorro foi agredido a pedradas por um cidadão;

nº 3.368/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões Extraordinária de Proteção dos Animais e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a respeito do leilão de cães pertencentes à Polícia Militar;

nº 3.369/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao canil da Polícia Militar, tendo em vista o leilão de cães pertencentes a essa instituição;

nº 3.370/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões Extraordinária de Proteção dos Animais e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a utilização de cães na prática policial pela Equipe de Rondas Ostensivas com Cães do Estado de Minas Gerais;

nº 3.371/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Itabira pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para investigar a autoria do crime ambiental ocorrido nesse município, em que quatro cachorros foram encontrados mortos em decorrência de um suposto envenenamento, em 24/8/2015;

nº 3.372/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao delegado de Polícia Civil de Aiuruoca pedido de informações acerca do boletim de ocorrências e do inquérito policial relativos ao caso em que um cão chamado Vinil foi alvejado por um tiro de arma de fogo no Município de Liberdade, em 28/6/2015;

nº 3.373/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao delegado de Polícia Civil de Barroso pedido de informações acerca do boletim de ocorrências e do inquérito policial relativos ao caso em que delinquentes invadiram a propriedade particular do Sr. Claudinho Boiadeiro e enforcaram uma égua manga-larga até a morte;

nº 3.374/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna – Gedef – do Ministério Público pedido de providências para que sejam propostas ações concretas para garantir o bem-estar animal por meio da proibição da manutenção e da comercialização de animais no Mercado Central de Belo Horizonte;

nº 3.375/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária pedido de informações sobre: (a) se foram feitas, e quantas foram, as fiscalizações sobre as condições de trato e saúde dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte; (b) o conteúdo dessas fiscalizações, caso tenham sido feitas; (c)



se todos os estabelecimentos que mantêm e comercializam animais no Mercado Central possuem médico-veterinário responsável, seus respectivos nomes e números de registo no Conselho Regional de Medicina Veterinária; e (d) se os estabelecimentos que mantêm e comercializam animais no Mercado Central de Belo Horizonte e seus respectivos técnicos responsáveis estão cumprindo as determinações da Resolução nº 1.069/2014, do Conselho Federal de Medicina Veterinária;

nº 3.376/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço pedido de providências para que instaure inquérito policial para investigar a autoria do crime ambiental ocorrido no município, em que foram encontradas cerca de 200 caudas de gatos em sacos plásticos, no dia 18/8/2015;

nº 3.377/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Cajuru pedido de providências para que instaure inquérito policial para investigar a autoria do crime ambiental ocorrido no município, em que um cidadão agrediu um cachorro a pauladas, conforme denúncia recebida por esta comissão;

nº 3.378/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita à Universidade Federal de Viçosa, com a finalidade de esclarecer notícia veiculada na internet sobre a realização de curso de caça predatória na Semana do Fazendeiro;

nº 3.379/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a realização de curso de caça predatória na Semana do Fazendeiro, em Viçosa, conforme notícia veiculada na internet;

nº 3.380/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de São Lourenço pedido de informações sobre o extermínio de 500 cães e gatos ocorrido no município, em agosto, bem como sobre o seu posicionamento e as medidas de apuração do caso;

nº 3.381/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as atividades desenvolvidas na Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo e da composição do conselho consultivo responsável por sua implantação, administração e gestão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro – Ricardo Faria.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/9/2015

Às 10h8min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão, que, na condição de presidente da comissão, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da ocupação William Rosa na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Gláucia Helena de Souza, secretária adjunta de Habitação de Contagem, representando a Sra. Marilene Silva Santana Pimenta, secretária de Desenvolvimento Social e Habitação de Contagem; e os Srs. Claudius Vinicius Leite Pereira, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais; Gustavo Alberto França Fonseca, presidente da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.; Lacerda Amorim dos Santos, coordenador do movimento Luta Popular e da ocupação William Rosa, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire – Fábio Chereim.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/9/2015

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Poços de Caldas a deputada Geisa Teixeira e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, em virtude do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a construção do centro de convenções de Poços de Caldas e a discutir e votar proposições de comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria José Scassioti de Souza, vereadora da Câmara Municipal de Poços de Caldas; e os Srs. Carlos Eduardo Venturelli Mosconi, médico e ex-deputado estadual; Márcio Silva Cunha, juiz de direito na Comarca de Poços de Caldas; Alfredo José Martins, presidente da Associação Amigos de Poços de Caldas; Wilson José Guerra, gerente do Departamento de Meio Ambiente da Fundação Gorceix – Ouro Preto; Sebastião Navarro, ex-deputado estadual; Marcus Eliseu Togni, ex-presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas; Paulo Cyro Baptista Scudino, consultor da Fundação Gorceix; e Paulo César da Silva, ex-prefeito de Poços de Caldas, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:



nº 3.382/2015, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura de Poços de Caldas pedido de providências para não fazer reverter a doação do imóvel de 50ha destinado à construção do centro de convenções desse município;

nº 3.383/2015, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da ALMG pedido de providências para a constituição de comissão especial para acompanhamento da construção do centro de convenções de Poços de Caldas;

nº 3.384/2015, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de informações sobre as dotações orçamentárias já executadas no projeto do centro de convenções de Poços de Caldas;

nº 3.385/2015, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que a Codemig mantenha o projeto de construção do centro de convenções de Poços de Caldas;

nº 3.386/2015, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Codemig pedido de providências para que mantenha o projeto de construção do centro de convenções de Poços de Caldas;

nº 3.387/2015, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Wander Borges, em que solicitam seja realizada visita à Codemig, em conjunto com os vereadores da Câmara Municipal de Poços de Caldas, para tomar conhecimento do posicionamento técnico da empresa sobre a construção do centro de convenções do município;

nº 3.388/2015, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura de Poços de Caldas pedido de informações sobre os valores já investidos na construção do centro de convenções de Poços de Caldas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2015.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/9/2015

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa e Gilberto Abramo (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, em virtude do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação da bilhetagem eletrônica nos táxis-lotação em Belo Horizonte, uma vez que seus usuários são os mesmos que utilizam ônibus, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Júnia Roman Carvalho, defensora pública especializada em direitos humanos coletivos e socioambientais, e os Srs. Professor Wendel, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sérgio Luis Ribeiro de Carvalho, superintendente de Regulação do Transporte da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHtrans –, representando o presidente dessa empresa; Antônio Carlos Alves Sena, presidente da Associação dos Motoristas de Táxi-Lotação de Belo Horizonte – AMTL –, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Gilberto Abramo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2015.

Fred Costa, presidente – Wander Borges – Rosângela Reis.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/9/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cabo Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Keifferson Magela Pedrosa Belchior, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg –, ratificando sua competência como único representante sindical, legal e de direito, da carreira dos Agentes de Segurança Socioeducativos do Estado de Minas Gerais; e Júlio Lopes, deputado federal, informando que foi designado para relatar o Projeto de Lei Federal nº 1.775/2015, que tramita em comissão especial criada na Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer sobre a proposta que dispõe sobre o registro civil nacional. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.076/2015, no 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Cristina Corrêa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.130/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão.

Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.404/2015. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.519/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado à Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem – Transcon – pedido de providências para melhorar o quadro de horários da Linha 305D, que atende aos moradores dos Bairros Campo Alto, Estâncias Imperais, Petrolândia e Tropical, tendo em vista solicitação da Associação de Amigos de Contagem – Asacon –;

nº 3.521/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado à empresa concessionária de transporte coletivo São Gonçalo Ltda. pedido de providências para melhorar o quadro de horários da Linha 305D, que atende aos moradores dos Bairros Campo Alto, Estâncias Imperais, Petrolândia e Tropical, tendo em vista solicitação da Associação de Amigos de Contagem – Asacon.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a extraordinária na mesma data, às 15 horas, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 1.973/2015, de autoria do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre o porte de arma de fogo para os Agentes de Segurança Prisional e os Agentes Socioeducativos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Cabo Júlio – Sargento Rodrigues.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/9/2015

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 1.973/2015, de autoria do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre o porte de arma de fogo para os Agentes de Segurança Prisional e os Agentes Socioeducativos. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Rosilene Alves de Souza, delegada de Polícia Civil, representando Wanderson Gomes da Silva, delegado-chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Cel. PM Marcelo Vladimir Correa, diretor de Gestão Integrada para Resultados, representando Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de Estado de Defesa Social; Maj. PM Harley Wallace Moreira, chefe da Seção de Operações da Diretoria de Apoio Operacional, representando o Sr. Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; e os Srs. Júlio César Costa, presidente da Associação Movimento Agentes Fortes de Minas Gerais – Amaf; Flávio Henrique Inácio Miranda, presidente da União dos Agentes Penais – Unape; William Rocha Araújo, presidente da Associação dos Servidores Prisionais de Minas Gerais – Aspemg; e Keifferson Pedrosa, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Tiago Ulisses – Fábio Cherem – Felipe Attiê.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/9/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a suspensão das obras de construção do hospital regional e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Danielle Vignoli Guzella Leite, promotora de Justiça de Defesa da Saúde da Comarca de Conselheiro Lafaiete; e os Srs. Pedro Mousinho Gomes Carvalho Silva, subsecretário de Inovação e Logística em Saúde, representando o secretário; Ivar de Almeida Cerqueira Neto, prefeito municipal de Conselheiro Lafaiete; João Paulo Fernandes Resende, presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete; Cláudio Maurício dos Santos Souza, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete; Ângelo de Souza Júnior, presidente da Federação das Associações de Moradores de Conselheiro Lafaiete; e Elias Ribeiro de Souza, prefeito municipal de São Braz do Suaçuí e representante da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paraopeba, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Glaycon Franco, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Jean Freire – Geraldo Pimenta – Gustavo Valadares.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/9/2015

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Vanderlei Miranda, Felipe Attiê e João Alberto (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Wilson Batista. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 27/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde (relator: deputado Vanderlei Miranda), e 1.405/2015 (relator: deputado Thiago Cota). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.720/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Vanderlei Miranda. O presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres pela ratificação, por meio de projetos de resolução, dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 68 a 71/2015, das quais é o relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 19/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda), que recebeu parecer por sua aprovação, votando “sim” a deputada Celise Laviola e os deputados Felipe Attiê e João Alberto, não se registrando voto contrário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação é rejeitado o seguinte requerimento:

nº 3.445/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Corrêa, Felipe Attiê, João Leite, Gustavo Valadares e Carlos Pimenta, em que solicitam seja realizada reunião com a presença do Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, para prestar informações sobre a real situação financeira e orçamentária do Estado e os programas governamentais que estão sendo contingenciados e a repercussão na execução das respectivas políticas públicas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para as reuniões extraordinárias de hoje às 14h15min e às 18h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente – Felipe Attiê – Agostinho Patrus Filho – Celise Laviola – Cristina Corrêa.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/9/2015

Às 14h47min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Cristina Corrêa (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Rogério Correia e Agostinho Patrus Filho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados da pauta por determinação do presidente os Projetos de Lei nºs 27 e 1.405/2015, por haverem sido apreciados em reunião anterior, e as Mensagens nºs 68 a 71/2015 por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Resolução nº 19/2015 é retirado da pauta por determinação do presidente, por haver sido apreciado em reunião anterior. O deputado Rogério Correia retira-se da reunião. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Resolução nºs 20 a 26/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda), que receberam parecer por sua aprovação, votando “sim” as deputadas Celise Laviola e Cristina Correia e os deputados Vanderlei Miranda, Felipe Attiê e Agostinho Patrus Filho, e não se registrando voto contrário. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoça a reunião da mesma data, às 18h30min, e convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de 17/9/2015, às 10 horas, para apreciação dos pareceres sobre as Mensagens nºs 68 a 71/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente – Elismar Prado – Anselmo José Domingos – Noraldino Júnior.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/9/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Ivair Nogueira, Gilberto Abramo (substituindo o deputado Professor Neivaldo, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor) e Rogério Correia (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os avanços e as perspectivas da educação inclusiva e da educação especial no Estado de Minas Gerais. A seguir registra-se a presença do deputado Douglas Melo, a quem é passada a presidência da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pelo presidente e aprovado o Requerimento nº



3.594/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a aplicação da Lei nº 21.710, de 30/6/2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor de Educação Básica e dá outras providências (Lei do Piso), bem como para realizar um balanço do acordo celebrado entre o governo do Estado, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE-MG - e a Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais - Adeomg. Nesse momento, retiram-se os deputados Rogério Corrêa, Duarte Bechir e Ivair Nogueira, e registra-se a presença do deputado Paulo Lamac. Logo após, é recebido pelo presidente e aprovado o Requerimento nº 3.593/2015, do deputado Paulo Lamac e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para discutir propostas que garantam o funcionamento regular do Colégio Angélica, em Coronel Fabriciano, com a manutenção do número de vagas e dos postos de trabalho. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Regina de Carvalho, diretora da Educação Especial da Superintendência de Modalidade e Temática Especiais de Ensino da Secretária de Estado de Educação, representando a secretária Macaé Maria Evaristo dos Santos; Lecir Andréia Martins Magalhães delegada da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil – Apabb; Denise Martins Ferreira, psicóloga e representante das Mães e Familiares de Pessoas com Deficiência; Cláudia Barsand Deleucas, professora do curso de Educação Física da PUC e do Ensino Especial da Rede Municipal; Cristina Beatriz Monteiro Silveira, psicopedagoga especialista em educação inclusiva; Patrícia Cunha, coordenadora do Núcleo de Inclusão Escolar da Secretaria Municipal de Educação de BH, representando a secretária, Sueli Maria Balisa Dias; e os Srs. Romerito Costa Nascimento, coordenador Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais; e Thiago Helton Ribeiro, membro da Comissão de Acessibilidade da PUC Minas Barreiro e apresentador do quadro inclusivo *Faça Parte*, na Rede Record Minas, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Gilberto Abramo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Rogério Correia – Ricardo Faria.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/9/2015

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada. A presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos e requerer as providências cabíveis com relação as dificuldades que estariam sendo impostas pelos policiais civis lotados no Município de Nanuque, notadamente pelo delegado João Marcos de Almeida, aos policiais militares e cidadãos que buscam a Delegacia de Polícia Civil. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Rozilene Ramos Almeida, presidente da Câmara Municipal de Nanuque e Mariana Grassi Ceolim, delegada regional de Polícia Civil em Nanuque; e os Srs. Ramon Ferraz Miranda, prefeito municipal de Nanuque; Cel. PM Aroldo Pinheiro de Araújo, comandante da 15ª Região de Polícia Militar, representando Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Alberto Tadeu Cardoso de Oliveira, chefe do Departamento de Polícia Civil de Teófilo Otôni, representando Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e Edson Serafim Camargos, corregedor da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Ten.-Cel. PM Marcelo Fernandes, comandante da 24ª Cia. PM Ind/15ª Região de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Nanuque; Maj. PM Joel Mercedes da Costa, vice-presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, representando o Ten.-Cel. PM Ailton Cirilo da Silva, presidente; Sd. PM Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo, diretor jurídico da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Raul Fernando Almada Cardoso, advogado da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindicato de Delegados de Polícia de Minas Gerais, e, como convocado, João Marcos de Almeida, delegado de Polícia Civil de Nanuque, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/9/2015

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da liderança do BMM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o transporte de eucaliptos na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Luiza



Machado Monteiro, diretora de Fiscalização do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG, também representando Murilo de Campos Valadares, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas e Célio Dantas de Brito, diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG; Nívia Mônica da Silva, promotora de justiça; Cléa Amorim de Araújo, representante de Movimentos Sociais do Vale do Jequitinhonha; e os Srs. Igor Maciel Coelho, prefeito municipal de Berilo; Adalberto de Sousa Cunha, vice-prefeito municipal de Berilo; Wanderley dos Reis Freitas, presidente da Câmara Municipal de Berilo; Thiago Rocha Ferreira, delegado Regional de Polícia Civil de Capelinha; Davidson Pereira dos Santos, vereador do Município de Berilo; Gilvandro Pereira da Costa, vereador do Município de Berilo; José Oliveira Duarte, morador do Distrito de Lelivéldia, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/9/2015

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Vanderlei Miranda, Anselmo José Domingos e Noraldino Júnior (substituindo, respectivamente, os deputados Thiago Cota e Tiago Ulisses, por indicação da liderança do BCMG) e Elismar Prado (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela ratificação, por meio de projetos de resolução, dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 68 a 71/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Rogério Correia.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/9/2015

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Glaycon Franco e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de telegrama do Sr. Odelmo Leão, deputado federal, publicado no *Diário do Legislativo*, em 10/9/2015, comunicando o recebimento dos ofícios relativos aos Requerimentos nºs 1.664/2015, que solicitou empenho do Congresso Nacional na apresentação e aprovação de emenda à Medida Provisória nº 677, de 2015, e 1.665/2015, que solicitou gestão junto à Petrobras para impedir a paralisação da fábrica de amônia no Município de Uberaba. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos e aprovados, após discussão, os seguintes requerimentos:

nº 3.582/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para retornar o parcelamento das contas de energia elétrica para os irrigantes do Norte de Minas Gerais, tendo em vista que o corte desse parcelamento acabou onerando os irrigantes e a demora, de até 48 horas, na religação da energia afeta imensamente a produção;

nº 3.583/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Energética - EPE - pedido de providências para realizar o planejamento de implantação de linhas de transmissão no Estado, em especial no Norte de Minas Gerais, tendo em vista a alta demanda de energia e a necessidade de viabilizar as usinas fotovoltaicas da região;

nº 3.584/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Minas e Energia à Itaipu Binacional para conhecer a usina hidrelétrica de Itaipu, o projeto Cultivando Água Boa e os projetos relacionados com energias renováveis, com destaque para a solar fotovoltaica, desenvolvidos pela empresa;

nº 3.585/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Minas e Energia ao II Seminário Nacional de PCHs, CGHs e Microgeração - Futuro das Energias Renováveis no Brasil, promovido pela Frente Parlamentar em Defesa das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - e Microgeração, que ocorrerá em 22/9/2015, em Brasília;

nº 3.586/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o presidente da Associação Comercial Industrial e de Serviços de Montes Claros - ACI -, Sr. Adilson Torquato, e com toda a diretoria da empresa, bem como com o presidente da Fiemg Regional Norte, Adauto Marques Batista, pelo sucesso da 20ª Feira Nacional da Indústria, Comércio e Serviços de Montes Claros - Fenics;

nº 3.590/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - pedido de providências para realizar pelo menos dois leilões por ano de energia solar fotovoltaica;



nº 3.591/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - pelo sucesso do leilão de energia solar ocorrido em 28/8/2015;

nº 3.592/2015, dos deputados Gil Pereira e Glaycon Franco, em que solicitam seja formulado voto de congratulações com o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram -, José Fernando Coura, pelo sucesso da Exposição Internacional de Mineração - Exposibram 2015 e do 16º Congresso Brasileiro de Mineração, "Mineração no Mundo da Inovação".

O presidente indaga dos membros da comissão se concordam em mudar o dia das reuniões ordinárias. Após anuência de todos, é alterado o dia das reuniões ordinárias para as terças-feiras, às 10h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Gil Pereira, presidente – Glaycon Franco – Ione Pinheiro.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/9/2015

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Noraldino Júnior e Anselmo José Domingos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Noraldino Júnior, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 901 e 2.253/2015 (deputado Elismar Prado), e 1.364/2015 (deputado Noraldino Júnior). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o seguinte parecer: pela aprovação, no 1º turno, do Projetos de Lei nº 35/2015 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Elismar Prado). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.499/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte ao Detran, em Juiz de Fora, tendo em vista as inúmeras reclamações referentes ao agendamento de vistoria de veículos;

nº 3.500/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para a melhoria do serviço de agendamento de exames para a renovação da carteira nacional de habilitação em Juiz de Fora;

nº 3.588/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a qualidade dos serviços prestados e o aumento abusivo do preço dos pedágios na Rodovia BR-040, no trecho entre Juiz de Fora e Petrópolis (RJ), administrado pela Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora –Rio – Concer;

nº 3.589/2015, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater o cumprimento do plano de metas de melhoria da qualidade de prestação de serviços de telefonia móvel, decorrente de compromisso firmado pelas prestadoras por ocasião da CPI da Telefonia.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/9/2015

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Gustavo Valadares (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC) e Roberto Andrade (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Durval Ângelo, Glaycon Franco e Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.817/2015 com a Emenda nº 1. Registram-se os votos contrários dos deputados Antônio Jorge, Bonifácio Mourão e Gustavo Valadares. A presidência verifica de plano a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2015.

João Alberto, presidente – Bonifácio Mourão – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Gustavo Corrêa – Isauro Calais – Tiago Ulisses.

**ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/9/2015**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM) e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Geraldo Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 274/2015 e 2.544/2015 (relator: deputado Geraldo Pimenta) e 2.545/2015 (relator: deputado Noraldino Júnior). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Gilberto Abramo, presidente – Dilzon Melo – João Alberto – Cássio Soares.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/9/2015

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a debater a saúde na adolescência e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Márcia Cristina Alves, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte; Marília de Freitas Maakaroun, fundadora da Associação Mineira da Adolescência – AMA; Miryam Elizabeth Zárate Galvês Morais, fundadora do Projeto de Tecnologia Social – Tecendo Redes de Mobilização com a Juventude; e Mariângela Malta Coelho, diretora de Prevenção da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando o subsecretário; e os Srs. Hugo Pirez, idealizador do Projeto Papo Reto – A Voz e a Vez do Jovem; e Wilson Wagner Brandão Ribas, professor da Escola Aberta de Mobilizador Social do Taquaril; que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Rogério Correia – Celise Laviola.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/9/2015

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Ricardo Faria (substituindo o deputado Professor Neivaldo, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor) e Rogério Correia (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Nesse momento, registra-se a presença do deputado Professor Neivaldo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Nesse momento, o presidente avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 2.792/2015. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.792/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Paulo Lamac). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.634, 2.637 e 3.056/2015. São recebidos pela presidência e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.598/2015, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam sejam enviadas aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, ao Ministério da Educação, ao Conselho Estadual de Educação, ao Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Minas Gerais, Subsede Ibirité - Sind-UTE Ibirité - e aos membros da Câmara Municipal de Ibirité as notas taquigráficas da audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia realizada em 3/9/2015, em Ibirité;

nº 3.599/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita sejam realizadas audiências públicas da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia nos 17 territórios de desenvolvimento do Estado para debater o Projeto de Lei nº 2.882/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências;

nº 3.600/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita sejam encaminhadas à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos do Ministério Público as notas taquigráficas da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, ocorrida em 17/9/2015;

nº 3.601/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizado debate público da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para analisar o documento que estabelece a base nacional comum dos currículos de educação básica e oferecer contribuições para sua elaboração;

nº 3.602/2015, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça da União pedido de providências para instaurar procedimento competente a fim de apurar irregularidades na utilização dos recursos do Fundeb pela Prefeitura Municipal de Ibitiré de agosto a dezembro de 2014;

nº 3.603/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre o cadastro das 3.917 famílias com pessoas com deficiência que estão matriculadas na rede municipal de ensino, conforme informado pela coordenadora do Núcleo de Inclusão Escolar da Secretaria Municipal de Educação, que participou da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em 17/9/2015;

nº 3.604/2015, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia ao prefeito municipal e ao secretário de Educação de Ibitiré para tratar dos problemas arrolados na audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia realizada em 3/9/2015, nesse município;

nº 3.605/2015, do deputado Cristiano Silveira e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado pedido de providências para instaurar procedimento competente a fim de apurar irregularidades na utilização dos recursos do Fundeb pela Prefeitura Municipal de Ibitiré de agosto a dezembro de 2014;

nº 3.606/2015, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado pedido de providências para instaurar procedimento competente a fim de apurar irregularidades nos pagamentos dos salários, férias e gratificações pela Prefeitura Municipal de Ibitiré, em dezembro de 2014 e janeiro de 2015;

nº 3.607/2015, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja encaminhado aos deputados federais e senadores da bancada de Minas Gerais pedido de providências para que se manifestem contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 131/2015, do senador José Serra, que altera a lei de partilhas do pré-sal;

nº 3.608/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Professora Juvenília Ferreira dos Santos, de Uberlândia, pelos 35 anos de sua fundação;

nº 3.609/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.610/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Conselheiro Lafaiete para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.611/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Patos de Minas para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.612/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Montes Claros para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.613/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Divinópolis para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.614/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Governador Valadares para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.615/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Paracatu para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.616/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Juiz de Fora para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.617/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Uberaba para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.618/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Poços de Caldas para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa;

nº 3.619/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Araçuaí para debater o Plano Estadual de Educação, em tramitação nesta Casa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente - Professor Neivaldo - Douglas Melo.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2015

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Fred Costa e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.762, 1.793, 1.795, 1.799, 1.827 a 1830, 1.952 a 1.956, 2.147 a 2.151, 2.157 a 2.161, 2.163 a 2.166,



2.173, 2.182, 2.270, 2.294, 2.299, 2.300, 2.330 a 2.332 e 2.334/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.620/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, Extraordinária das Mulheres e de Segurança Pública para debater a violência contra a mulher no Estado;

nº 3.621/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a viabilidade de ampliação da frequência de uso do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Aeroporto da Pampulha);

nº 3.622/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a transferência de parte dos leitos de alta complexidade para a Unidade de Pronto Atendimento Noroeste, anexa ao Hospital Odilon Behrens, em Belo Horizonte;

nº 3.623/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater as ações referentes aos editais de licitação de 33 novas feiras nas nove regiões de Belo Horizonte;

nº 3.624/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater possíveis irregularidades e abusos relatados em denúncias contra a empresa Czar Serviços Ambientais Ltda., localizada no Município de Santa Luzia;

nº 3.625/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater os resultados obtidos com a realização dos fóruns regionais do governo do Estado e analisar a divisão dos 17 territórios com a distribuição territorial dos órgãos do governo que atuam nessas regiões;

nº 3.626/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Município de Conselheiro Lafaiete pelos 225 anos de sua emancipação política;

nº 3.627/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a greve dos funcionários da Justiça Federal.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.628/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre o valor e a composição das tarifas de transporte público no Município de Belo Horizonte, considerando-se os aumentos recentes e a realização de estudos, por parte do Ministério Público do Estado, sobre o tema;

nº 3.629/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja formado um grupo de trabalho, com a participação de membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, de autoridades municipais e dos órgãos relacionados à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento básico e de proteção ao meio ambiente, com o intuito de acompanhar as ações da Copasa no Município de Brumadinho;

nº 3.630/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado à Copasa pedido de informações consubstanciadas em cópias dos convênios celebrados com o Município de Brumadinho nos últimos dez anos, com esclarecimentos sobre a existência ou não de saldo restante daqueles que foram celebrados desde 2008, bem como as cópias dos demonstrativos físico, financeiro e de obras;

nº 3.631/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita sejam encaminhadas ao governo do Estado, à Presidência da Codemig e à Prefeitura Municipal de Poços de Caldas as notas taquigráficas da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizada no dia 4/9/2015, no Município de Poços de Caldas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2015.

Ivair Nogueira, presidente.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2015

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.457, em turno único, e 2.499/2015, em turno único (deputado Fábio Avelar Oliveira) e Projeto de Lei nº 2.455/2015, em turno único (deputado Geraldo Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.325/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.633/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para debater os Projetos de Lei nºs 953 e 2433/2015, que buscam regulamentar cotas e preços populares para venda de ingressos em estádios de futebol, arenas e outros equipamentos esportivos no Estado, tendo em vista os elevados preços atualmente praticados. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões. 6 de outubro de 2015.



Geraldo Pimenta, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Wander Borges.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2015

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.635/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja realizada reunião, com a presença de convidados, para apresentar o programa de educação ambiental Expedição Nadando com o Theo pelo Rio das Velhas;

nº 3.636/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as possíveis irregularidades e os abusos relatados em denúncias contra a empresa Czar Serviços Ambientais Ltda.;

nº 3.638/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja realizada reunião, com a presença de convidados, para expor as ações executadas pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de preservar o meio ambiente e incentivar o desenvolvimento sustentável no Estado;

nº 3.639/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja realizada reunião, com a presença de convidados, para a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável expor as conclusões sobre o desflorestamento no Estado; e

nº 3.640/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os problemas enfrentados para a conservação do Parque do Ibitipoca e as medidas para superar esses problemas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões ordinária e extraordinária, amanhã, respectivamente, às 10h30min e 10h45min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Cássio Soares, presidente – Dilzon Melo – Inácio Franco.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2015

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cabo Júlio, Fábio Cherem e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.078/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Gustavo Corrêa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.338 e 2.372/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nºs 3.519 e 3521/2015. São recebidos pelo presidente e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.641/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulada manifestação de pesar à família do Sr. Vanius Henrique de Campos, delegado da Polícia Civil, falecido no dia 19/9/2015; e

nº 3.642/2015, do deputado João Magalhães, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para autorizar a convocação de excedentes do concurso público para provimento de vagas do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para o ano de 2016, tendo em vista a possibilidade de aproveitamento de todos os excedentes para a recomposição do efetivo da instituição.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 3.643/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública em Juiz de Fora com a finalidade de discutir o Projeto de Lei Complementar nº 34/2015, que institui a Região Metropolitana de Juiz de Fora.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, às 16 horas, com a finalidade de apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.883/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Cabo Júlio – Cristina Corrêa – Thiago Cota.

ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2015

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Fábio Cherem, Felipe Attiê (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por



indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Tito Torres e Fábio Cherem (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das comissões presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições das comissões. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 2.883/2015, por falta de pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros das comissões para as próximas reuniões extraordinárias, hoje, dia 22/9, às 20h30min, e amanhã, dia 23/9, às 9h30min, com a finalidade de apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.883/2015; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Paulo Lamac – Celise Laviola – Fábio Cherem.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2015

Às 15h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Rogério Correia e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente determina a distribuição em avulso do parecer que conclui pela aprovação do Projeto nº 2.720/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Vanderlei Miranda). Neste momento, retira-se da reunião o deputado Vanderlei Miranda. Registra-se a presença da deputada Marília Campos (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.792/2015, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Celise Laviola – Inácio Franco – Rogério Correia.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2015

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a suspensão da Resolução CRP/MG nº 1/2012, do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, que trata da inscrição de pessoas jurídicas que prestam serviços de atenção em regime residencial de caráter transitório para usuários de álcool e outras drogas; a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Tânit Sarsur, superintendente de acolhimento, representando Rafael Miranda Alves Pereira, subsecretário de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Flávia Santana da Silva, gerente técnica, representando Roberto Chateaubriand Domingues, presidente do Conselho Regional de Psicologia do Estado de Minas Gerais - 4ª Região; Fernanda Silva Prado, secretária executiva e psicóloga da Associação das Comunidades Terapêuticas do Centro-Oeste - Acontece - Cláudio; e o Sr. Wellington Antônio Vieira, presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil - Feteb - e gestor do Centro de Recuperação e Dependência Química - Credeq -, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, o presidente, deputado Antônio Jorge, passa a fazer suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra ao deputado Léo Portela, também autor do requerimento, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A matéria constante nessa fase deixa de ser apreciada por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Dilzon Melo, presidente – Luiz Humberto Carneiro – Cássio Soares.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE HUGO VOCURCA TEIXEIRA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DO IPSEMG, EM 23/9/2015

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Isauro Calais, Doutor Jean Freire e Durval Ângelo (substituindo o deputado Ricardo Faria, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Jean Freire, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder a arguição pública do Sr. Hugo Vocurca Teixeira, indicado ao cargo de presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e para proceder à sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Ricardo Faria. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 10/2015 (relator: deputado Doutor Jean Freire). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Isauro Calais, presidente – Doutor Jean Freire – Ricardo Faria.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/9/2015

Às 9h55min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Rogério Correia, Tito Torres, Durval Ângelo (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e Fabiano Tolentino (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os deputados Fabiano Tolentino (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BCMG), Tiago Ulisses (substituindo o deputado Antônio Lerin, por indicação da liderança do BCMG) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Fábio Avelar Oliveira, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta destas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, estão presentes os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Rogério Correia, Tito Torres e Inácio Franco (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Inácio Franco (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BCMG) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Antônio Lerin, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência retira da pauta o Projeto de Lei nº 2.817/2015, no 1º turno, por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião conjunta de hoje, às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Celise Laviola – Thiago Cota – Vanderlei Miranda – Antônio Jorge – Tito Torres.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/9/2015

Às 10h55min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apresentar o programa de educação ambiental Expedição Nadando com o Theo pelo Rio das Velhas e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Noraldino Júnior, presidente da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que encaminha relatório sobre o Projeto de Lei nº 1.132/2015, conforme solicitado em diligência. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.187/2015, em turno único, do qual designou como relatora a deputada Marília Campos. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Luísa de Marillac Froes Righi, técnica ambiental da Diretoria de Estratégia da Fiscalização da Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Edméa do Espírito Santo Marcelino, técnica ambiental da Diretoria de Estratégia da Fiscalização da Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e os Srs. Eduardo Nascimento, assessor de Meio Ambiente da Fetaemg, representando Wilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; Heitor Soares Moreira, superintendente de Fiscalização Ambiental Integrada da Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Ênio Resende de Souza, vice-presidente, representando Marcus Vinícius Polignano, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na



qualidade de autor do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/9/2015

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Isauro Calais e Durval Ângelo (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.277, em turno único, 2.181, em turno único, e 2.551/2015, em turno único (deputado Celinho do Sinttrocel), Projetos de Lei nºs 2.158, em turno único, e 2.204/2015, em turno único (deputada Geisa Teixeira), Projetos de Lei nºs 2.196, em turno único, e 2.247/2015, em turno único (deputado Isauro Calais). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.890/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 1.943/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira) e 1.944/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira). Votaram “sim” os deputados Celinho do Sinttrocel, Durval Ângelo e Isauro Calais, não se registrando voto contrário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.650/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater as condições de trabalho na Empresa Celulose Nipo-Brasileira S.A. – Cenibra –, tendo em vista denúncias de irregularidades apresentadas pelo Sindex-MG;

nº 3.651/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater o Programa de Fomento à Produção de Etanol e Alimentos para Pequenas e Médias Propriedades, tendo em vista a oportunidade de autonomia energética com sustentabilidade ambiental e social;

nº 3.652/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a proposta de acordo coletivo de trabalho, conforme negociações entre a direção da Cemig e o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletro-MG;

nº 3.653/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Educação, Ciência e Tecnologia para debater propostas que garantam o funcionamento regular do Colégio Angélica, em Coronel Fabriciano, com vagas para todos os alunos e postos de trabalho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Geisa Teixeira – Anselmo José Domingos.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/9/2015

Às 16h2min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Cabo Júlio e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Cristina Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende a reunião por tempo indeterminado. Às 17h23min, comparecem à reabertura da reunião a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Cabo Júlio, Gustavo Corrêa e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.883/2015 na forma do vencido, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Cabo Júlio). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2015.

João Magalhães, presidente – Fábio Cherem – Agostinho Patrus Filho – Sargento Rodrigues – Antônio Carlos Arantes.

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/9/2015**

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Glaycon Franco e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Thiago Cota, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as condições do teatro amador no Estado e as políticas públicas direcionadas a esse setor. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* da Sra. Adryana Ryal, atriz e diretora da Cia. Teatrando de Juiz de Fora. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura; Bernardo da Mata Machado, secretário adjunto de Cultura; João Miguel, superintendente de Interiorização e Ação Cultural; a Sra. Maria Magdalena Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais; o Sr. Nassim Pereira Guerra, coordenador do Festival Nacional de Teatro de Araguari; da Sra. Joseane Faria de Figueiredo, atriz, representando o Sr. Márcio Sabones, coordenador do Festival de Teatro de São João Nepomuceno – Nepopó; as Sras. Nazza Amaral, atriz e presidente da Cia. de Artes Asa do Invento de Governador Valadares; Consuelo Nepomuceno, diretora do Grupo Tupam e coordenadora do Festival de Teatro Universitário de Patos de Minas; Vanessa Juliana da Silva, do Instituto Cultural In Cena/Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; do Sr. Lucas Menezes, Coordenador do Festival de Teatro de Ubá; Geraldo Lafaiete, diretor da Casa do Teatro de Conselheiro Lafaiete e organizador do Festival de Artes Cênicas, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Glycon Franco, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2015.

Cristina Corrêa, presidente – Ione Pinheiro – Elismar Prado.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 213/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a paralisação das obras dos hospitais regionais no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 286/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações acerca da falta de água e da superlotação no Ceresp, em Betim, que motivou o princípio de motim em 9/3/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 383/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas pedido de informações sobre a situação do Rio Capivari, sobre o prazo de concessão de outorga às empresas de eucalipto e café presentes na região e sobre o volume de vazão autorizado para captação de água por essas empresas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 385/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita sejam encaminhados ao comandante-geral e ao corregedor-geral da PMMG pedidos de informações sobre as medidas adotadas por essa corporação ao final das apurações de crimes militares e infração disciplinar supostamente praticados pelo 2º-Ten. PM Paulo César Pereira Chagas e sobre os resultados da adoção dessas medidas e cópias dos Requerimentos de Comissão nºs 761 e 762/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 537/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca da relação de municípios que receberam transferência de ativos de iluminação pública da companhia e de qual o motivo do atraso de transferência para alguns municípios. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 681/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações acerca da situação geral dos lotes das obras da Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 711/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG e ao diretor-geral da Arsae-MG pedidos de informações quanto ao aumento de 15,04% da tarifa de água e esgoto, principalmente os aspectos jurídico e econômico que autorizam o reajuste e o cálculo utilizado para se alcançar esse percentual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2015, do deputado Gil Pereira, que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo *Crise de identidade no setor elétrico*, de Diogo Mac Cord de Faria, coordenador do MBA em Setor Elétrico da FGV-Faculdade IBS, publicado no jornal *Estado de Minas* de 24/4/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 783/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações quanto ao andamento do projeto para construção de um presídio no Município de Poços de Caldas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 812/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG pedido de informações consubstanciadas em cópia da ata do dia 23/4/2015, dessa empresa, que faz referência a aporte de R\$128.000.000,00 relativo a aditivo de parceria público-privada do setor hídrico, para cuja execução seriam empregados recursos do Tesouro do Estado; e cópia do registro desse aditivo e o fundamento legal para esse aporte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que perdeu o prazo para emitir parecer sobre a Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 264/2015, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 266/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFN-MG – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 423/2015, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 425/2015, do deputado Paulo Guedes, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 20.847, de 7 de agosto de 2013, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 618/2015, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Jaboticatubas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 974/2015, do deputado Bráulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.006/2015, do deputado Bráulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brás Pires o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.092/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caeté o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.405/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mariana o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.552/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.497, de 19 de maio de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2015, do deputado Adalclever Lopes, que autoriza a cessão de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Conceição dos Ouros. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.326 a 2.328, 2.333, 2.380 a 2.384, 2.386, 2.388, 2.395 e 2.398/2015, do deputado Cabo Júlio; 2.581, 2.585 e 2.587/2015, do deputado Douglas Melo; e 2.609, 2.612 a 2.614, 2.616 a 2.618, 2.625 a 2.628 e 2.630 a 2.632/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Audiência pública para debater a proposta de modernização da Polícia Civil brasileira, apresentada no Projeto de Lei Federal nº 1.949/2007, que institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.641, 2.645 e 2.646/2015, da deputada Geisa Teixeira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.610/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.574/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 2.586/2015, do deputado Douglas Melo.

Finalidade: debater as parcerias público-privadas do Estado de Minas Gerais, o acompanhamento da gestão dos contratos, o desenvolvimento das atividades e os indicadores de desempenho.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 265/2015, do deputado Inácio Franco; 1.196/2015, do deputado Tito Torres; 1.452/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e 1.588/2015, do deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.618/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.203/2015, do deputado Fred Costa.

Requerimentos nºs 2.410/2015, do deputado Felipe Attiê; 2.447/2015, da Comissão de Minas e Energia; 2.520/2015, do deputado Thiago Cota; 2.580/2015, do deputado Duarte Bechir; 2.583 e 2.584/2015, do deputado Douglas Melo.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.087/2015, do deputado Léo Portela, e 2.412/2015, do deputado Deiró Marra.

Requerimentos nºs 2.553, 2.554 e 2.555/2015, do deputado Léo Portela.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 20/10/2015, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a proposta de utilização da Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo pela Prefeitura de Belo Horizonte, à luz do Projeto de Lei nº 2.152/2015, que propõe a revogação da Lei nº 13.958, de 2001.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2015.

Cássio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/10/2015, às 13 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 575 e 576/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 2.450/2015, das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Assuntos Municipais e Regionalização, 2.470, 2.471, 2.472, 2.473, 2.475, 2.477, 2.478, 2.480, 2.481, 2.484 e 2.502/2015, do deputado Noraldino Júnior, 2.541/2015, do deputado Inácio Franco, 2.572/2015, do deputado Duarte Bechir, e 2.651/2015, da deputada Ione Pinheiro, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/10/2015, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2015.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/10/2015, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentar e lançar o livro *O quarto poder – uma outra história*, do jornalista Paulo Henrique Amorim, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/10/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2015.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Gustavo Gastão Corgozinho Cardoso para Diretor-Geral da Arsac**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bonifácio Mourão, Anselmo José Domingos, Inácio Franco e Vanderlei Miranda, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2015, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do indicado, discutir e votar proposições da comissão e votar o parecer para turno único da Indicação nº 22/2015, do governador do Estado.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 14/10/2015**

O deputado Isauro Calais* – Presidente, senhoras e senhores deputados, funcionários desta egrégia Casa, público presente, telespectadores da nossa TV Assembleia, dois motivos me trazem à tribuna nesta tarde: o primeiro, convidar os senhores deputados, as senhoras deputadas e o público presente para um encontro no dia 11 de novembro, às 16 horas, quando implantaremos a já criada Comissão do Idoso da Assembleia Legislativa.

É um passo gigante que o presidente Adalclever e a Mesa desta Casa estão dando para a valorização desse exército de idosos que a cidade e o Estado recebem a cada dia. São aproximadamente 24 milhões de idosos no Brasil. Vamos ter, seguramente, daqui a 10, 15 anos, 5 milhões de centenários no Brasil. Então há de se fazer alguma coisa, porque a pirâmide está invertendo. Há de se fazer algo para proteger o idoso em outros estados, como Juiz de Fora, em que já temos a comissão do idoso. Essa comissão, criada pelo Presidente Adalclever, vem dar um passo enorme, mostrando, presidente, a sua sensibilidade em cuidar mais da nossa terceira idade. Isso é fundamental. No dia 11, às 16 horas, será implantada a comissão do idoso na Assembleia Legislativa. Serão novos tempos para a terceira idade de Minas Gerais, se Deus quiser.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que pena que esta Casa não está com todos os deputados prestigiando não este deputado, mas a fala que trago desta tribuna, nesta tarde.

Temos aqui, Sr. Presidente, a Cópia do Ato nº 1, que suspende direitos políticos.

“O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de 10 anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos: 1 – Luiz Carlos Prestes; 2 – João Belchior Marques Goulart; 3 – Jânio da Silva Quadros; 4 – Miguel Arraes de Alencar; 5 – Darci Ribeiro; 6 – Raul Riff; 7 – Waldir Pires; 8 – Gen. R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite; 9 – Gen. R/1 Sampson da Nobrega Sampaio; 10 – Leonel de Moura Brizola...”

O 11º foi um deputado desta Casa, um sindicalista e cidadão trabalhador, Clodesmidt Riani, que amanhã fará 95 anos ativos, de lucidez. Ele ainda está em Juiz de Fora participando, conversando e dando sua experiência para os mais jovens. Faço esta homenagem a Clodesmidt Riani – aqui está seu neto Gustavo Riani. É uma honra, um grande orgulho para nós, da Zona da Mata, ter esse cidadão com 95 anos. Ele foi deputado nesta Casa e teve seu mandato cassado por uma revolução medíocre, uma revolução maluca que tirou um trabalhador... E, diga-se de passagem, só foram cassados na Assembleia Legislativa os trabalhadores, nos demais não mexeram. Então quero ler alguma coisa aqui, presidente.

Clodesmidt Riani nasceu no dia 15/10/1920, em Rio Casca, filho de Orlando Riani e de Maria Riani. Começou a trabalhar aos 13 anos, numa fábrica de tecidos. Três anos depois, ingressou na Companhia Mineira de Eletricidade como aprendiz de eletricitista.

Membro ativo do movimento sindical de Juiz de Fora, em 1950 disputou uma cadeira na Câmara de Vereadores de Juiz de Fora pelo Partido Social Progressista, mas não se elegeu. Um dos fundadores e primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Energia Elétrica de Juiz de Fora, em 1954 foi indicado pelo ministro do Trabalho João Goulart – 1953 e 1954 – para integrar a Comissão do Salário Mínimo de Minas Gerais.

Em 1954, elegeu-se deputado estadual pelo PTB, sem, contudo, abandonar os compromissos sindicais. Em 1958 foi eleito suplente de deputado estadual, assumindo o mandato em 1960. Ainda em 1960, tornou-se vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, num congresso em que foi aprovada sua proposta de formação do Comando-Geral dos Trabalhadores, entidade que deveria reunir todos os sindicatos brasileiros. Em 1961, Riani assumiu a presidência do diretório do PTB em Juiz de Fora. Eleito presidente da CNTI em dezembro de 1961, numa composição com Dante Pellacani, vice-presidente, e Benedito Cerqueira, secretário-geral, assumiu o cargo em janeiro de 1962. Vice-presidente do CGT, efetivamente criado em agosto de 1962, empenhou-se com o presidente da entidade, Dante Pellacani, na imediata concretização do programa de reformas de base, lançando mão de diversas formas de mobilização, particularmente a greve. Em outubro, Riani reelegeu-se deputado estadual.

Em maio de 1963, nas eleições do CGT, ele e Pellacani trocaram de posições. Em setembro, o CGT apoiou a Revolta dos Sargentos, deflagrada em Brasília, e foi acusado pelo ministro da Guerra, Gen. Jair Dantas Ribeiro, de ter sido responsável pelo seu desencadeamento.

Ainda em 1963, na fundação do Pacto de Ação Conjunta, congregando 4 federações e 80 sindicatos de trabalhadores na indústria, eleito adjunto do conselho administrativo do Bureau Internacional do Trabalho – 1963 a 1966 – e reeleito presidente da CNTI, em 1964 assinou o manifesto aos trabalhadores e ao povo em geral convocando para o Comício das Reformas, realizado em 13/3/1964, no Rio de Janeiro, em frente à Estação Dom Pedro II da Estrada de Ferro Central do Brasil. O ato reuniu grande público e foi presidido pelo próprio João Goulart.

Deflagrado o golpe que depôs o presidente, em 31/3/1964 Riani tentou, sem sucesso, organizar uma greve geral em defesa da permanência de Jango. Em abril, foi preso e teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos por força do Ato Institucional nº 1, de 9/4/1964. Nesse mesmo mês, a CNTI sofreu intervenção federal. Enquadrado pela Lei de Segurança Nacional como subversivo, Riani foi condenado, em dezembro de 1965, a 17 anos de prisão. Em julho de 1966 teve a pena reduzida para 10 anos pelo Superior Tribunal Militar e, dois anos depois, para um ano e dois meses. Foi então libertado e retornou ao trabalho na Companhia Mineira de Eletricidade.

Seus problemas com a Justiça não haviam terminado, pois ainda corria um inquérito policial-militar – IPM – instaurado para apurar irregularidades na CNTI e que acusava Riani de apropriação indébita de recursos. Por conta disso, em 1969 ele foi condenado, mais uma vez, a dois anos de reclusão. Depois de cumprir um ano e meio da pena, foi posto em liberdade por bom comportamento. De volta a Juiz de Fora, à sua família e à Companhia Mineira de Eletricidade, completou o curso técnico de eletrotécnica, em 1972.



Após a anistia, em agosto de 1979, e a extinção do bipartidarismo, em novembro, filiou-se ao PMDB. Em março de 1980, elegeu-se delegado do Sindicato dos Trabalhadores em Energia Hidrelétrica de Juiz de Fora e, em novembro de 1982, deputado estadual pelo PMDB. Em 1984, formou-se em direito. Em outubro de 1986, não conseguiu se reeleger. Afastado da vida pública, dedicou-se à advocacia trabalhista.

Casou-se com Norma Geralda Riani, com quem tem 10 filhos.

Aqui, uma fala do nosso deputado sindicalista e exemplo de vida, Clodesmidt Riani: “Mas a vida é essa, de luta. Lutar para viver, e não viver para morrer de fome, e nossos filhos na miséria. Feliz daquele que tem um ideal para lutar e defender”.

Então, presidente, deputadas, deputados, esta Casa já homenageou Riani ao devolver seu mandato. Ele foi um exemplo para nós como vereador e agora como deputado, e também para o povo que milita na política de Juiz de Fora e Zona da Mata. É nosso dever homenagear esse cidadão, lúcido aos 95 anos, sindicalista e deputado que honra e orgulha a mim e a todos os que o conhecem.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)* – Muito obrigado, caro deputado Isauro. Falar do deputado Clodesmidt Riani é falar de um mineiro, homem de família. Tive a felicidade e a honra de conviver com seu filho Riani, pois trabalhamos no Iapi de Ubá e fizemos uma história bonita. Hoje, encontramos-nos pelas ruas de Ubá e paramos para contar um pouco dessa história. V. Exa. descreveu com muita coragem, sensibilidade e responsabilidade a família Riani. Aqui ao nosso lado temos seu neto Gustavo, que participa conosco de forma carinhosa, que vem de berço, vem lá de trás. Ele mostra o carinho e o respeito que tem conosco. Portanto, caro Isauro Calais, quero neste momento parabenizá-lo pelas palavras, pela forma como mostrou a vida desse mineiro. Acompanhei a vida do seu filho, que trabalhava comigo no Iapi, e pude, na época, verificar como sofreu a família desse grande deputado, mineiro e brasileiro. Estou aqui para parabenizar V. Exa. e dizer que é dessa forma que mostraremos o Brasil, a forma que temos de passar aos nossos filhos e netos. Temos de construir, de mostrar o que é bom, para que eles tenham exemplo. Muito obrigado.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Deputado Isauro, quero simplesmente parabenizar V. Exa. por seu pronunciamento e dizer, como deputado de Juiz de Fora também, que esse cidadão e deputado é um exemplo para nós. Deixo aqui meu reconhecimento pela sua vida pública e pelo exemplo de homem que é o nosso conterrâneo. Parabéns pelo pronunciamento.

O deputado Isauro Calais* – Sr. Presidente, encerro minhas palavras dizendo que visitamos o deputado Clodesmidt Riani no sábado. Lúcido, ele recebeu este deputado e o vereador Vagner, de Juiz de Fora, que está aqui na Assembleia. Falei sobre essa homenagem bonita que queria fazer a ele, aliás, que a Casa está fazendo.

Muito obrigado, presidente, deputadas, deputados.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Glaycon Franco* – Sr. Presidente, demais deputados, distinto público que nos acompanha pelas galerias, telespectadores da nossa distinta TV Assembleia, servidores desta Casa.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna desta Casa Legislativa nesta tarde para tratar de um assunto que está causando bastante angústia no meu povo da minha querida cidade natal, Conselheiro Lafaiete, no meu Alto Paraopeba e Vale do Piranga.

Saiu, no final da semana passada, uma matéria no jornal *O Tempo* dizendo que a Codemig estava desapropriando as faculdades de Conselheiro Lafaiete por uso indevido do terreno onde foram construídas. Isso causou grande impacto não só na Conselheiro Lafaiete, mas em toda região, uma vez que Lafaiete é a cidade-polo do Alto Paraopeba e Vale do Piranga, nessa questão hoje da divisão do Estado em territórios de desenvolvimento. Hoje Lafaiete saiu da condição de coadjuvante na região metropolitana e passou a ser protagonista do território das Vertentes.

Essa notícia causou abalo muito grande no nosso povo, na nossa gente, uma vez que Conselheiro Lafaiete, principalmente suas faculdades inseridas na fundação municipal, são o esteio da educação em nossa região. Tão logo tomei conhecimento desse assunto, começamos a tomar as devidas providências, mas, infelizmente, as questões não caminharam com a devida agilidade e a imprensa da região, os jornais de maior circulação estampam nas suas capas que o governador estaria desapropriando as faculdades de Conselheiro Lafaiete instaladas nos terrenos da Codemig.

Tenho certeza e convicção de que o governador não tem conhecimento dessa questão, pois sabemos que esse caso da Codemig é uma ação institucional que ela está fazendo em todos os terrenos pertencentes a entidades no Estado de Minas Gerais. O governador não tomaria uma atitude dessa porque foi, aliás, majoritário em Conselheiro Lafaiete, no Alto Paraopeba e no Vale do Piranga e sabe que essa fundação, que congrega inúmeras cursos, inclusive a faculdade de direito, onde se formaram vários doutores, vários juizes, é uma das faculdades de direito mais antigas do Estado de Minas Gerais. Além disso, há lá outros cursos, como o de engenharia elétrica, química, de ciências contábeis, de serviço social, gerando ensino, cultura, formando nossos jovens na nossa região. Portanto, o governador não permitiria que acontecesse uma situação dessa.

Entramos nesta Casa com um projeto de lei pedindo a doação pela Codemig desses terrenos. Estamos entrando com um requerimento também para que essa situação seja revertida. Estamos ainda solicitando audiência pública para podermos dirimir essas questões, mas é importante que os líderes Durval Ângelo, Rogério Correia, que aliás é da educação, nos ajudem para que, juntos, trabalhem essa situação. O que não pode acontecer é que as faculdades de Conselheiro Lafaiete, um polo irradiador de desenvolvimento, de cultura e educação, sejam prejudicadas. Tenho certeza de que, com a sensibilidade do nosso governador, do nosso secretário, conseguiremos resolver a situação.

Hoje até contactamos o secretário de Casa Civil, que, por sinal, é de uma família ilustre de Conselheiro Lafaiete, para que nos ajude nessa empreitada a fim de trazermos esse tema à baila e para resolvermos de vez essa pendência. Já há o edital para o dia 4 de novembro colocando esses terrenos à venda.

Com certeza, reverteremos essa situação, mas não poderíamos deixar de manifestar desta tribuna essa questão, que é tão cara à nossa região, ao nosso povo, em especial a mim, que tenho até familiares que atuam na fundação e conhecem a realidade de lá. É uma fundação que luta com dificuldades e tem até, Sr. Presidente, vários cursos de extensão, programas que ajudam no atendimento às pessoas mais carentes do Alto Paraopeba e do Vale do Piranga.



O deputado Isauro Calais (em aparte)* – Deputado Glaycon Franco, agradeço o aparte a V. Exa. Quero corroborar o que V. Exa. está dizendo e dizer a V. Exa. e a todos os deputados que a Codemig é o primo rico da administração. Hoje a Codemig não precisa buscar esse terreno onde funciona a fundação e onde há essa importante faculdade de direito – conheço a história da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete. A Codemig, com o dinheiro que recebe mensalmente – é muito dinheiro –, não precisa pegar um terreno aqui e acolá.

V. Exa. é um defensor de Conselheiro Lafaiete e região. Todos sabemos do desejo e da vontade de V. Exa. de sempre ajudar a região. Conte com este deputado, acho que pode contar também com todos os deputados desta Casa. Estaremos juntos com V. Exa. para impedir que o Estado, por meio da Codemig, do primo rico, cometa essa atrocidade contra a fundação, contra uma faculdade de direito que tem história em Minas Gerais. Conte com este deputado, conte com o bloco de que V. Exa. participa. Não tenho dúvida de que todos os deputados estarão ombreado com V. Exa. para buscarmos uma solução com o governo a fim de que esse edital seja cancelado e que esse terreno, por via de um projeto já apresentado por V. Exa., seja, de fato, doado ao Município de Conselheiro Lafaiete e, conseqüentemente, à fundação. Parabéns pela sua atuação e parabéns por brigar por Lafaiete.

O deputado Glaycon Franco* – Obrigado, deputado Isauro Calais, pelas palavras.

É isso, Sr. Presidente, temos convicção de que o governador, tão logo tome ciência desse equívoco, atenda a essa demanda, que é um anseio de toda a população do Alto Paraopeba e do Vale do Piranga.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Caro deputado Glaycon Franco, primeiro quero parabenizá-lo pela sua atuação nesta Assembleia há muito tempo. O senhor é amigo de praticamente todos os deputados. Temos a obrigação de estarmos em todas as suas lutas. Quando o senhor quis tentar resolver o problema do Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete, imediatamente fomos até lá. Essa ida foi muito importante porque o governo do PT não está nem aí para nada, não quer ouvir ninguém; finge que quer ouvir, porém não toma nenhuma atitude. Quando o senhor convidou e fez um corpo a corpo para que a Secretaria de Saúde fosse lá, acho que começamos, pelo menos, a achar um caminho desse desgoverno do PT no Brasil e em Minas Gerais.

Vimos lá um hospital cujo terreno é da prefeitura. Ele recebeu dinheiro da prefeitura, o convênio já venceu e não tem saída jurídica. Conversando com a Comissão de Saúde - e o senhor nos orientando -, ficou definido entre o prefeito, a câmara e o Estado que seria feita a doação do terreno e da obra do município para o Estado. O Estado então terminaria os projetos e complementaria a obra. Tomara que ele complemente, porque há uma previsão do governo do Estado de fazer os hospitais regionais. Até hoje o governo federal não quis colocar nem um centavo de recurso, ficando tudo a custas do governo do Estado.

O senhor já trabalhou para resolver um grande problema. Mas, agora, o nosso governador do PT está passeando numa feira na Itália, com certeza bem acompanhado, deixando cada um cuidar de tudo. E vemos, como diz o deputado Isauro Calais, essa atrocidade. O governo, na hora em que o senhor fez parte do bloco que ajuda o governador na Assembleia, deveria ter o mínimo de carinho com o senhor, resolver o problema do hospital regional e não pegar o senhor de surpresa. Mas o Roberto Jefferson, durante o mensalão, disse como o PT age: resolve o problema do pessoal do PT, e calamos a boca do resto com alguma coisa. Infelizmente é assim.

O governo do PT precisa saber que Lafaiete tem um deputado que o ajuda aqui na Assembleia, e eles não têm o respeito de falar com o deputado que vão acabar com a faculdade de Lafaiete. Com certeza o povo de Lafaiete deve estar revoltado com um absurdo desse, e o senhor deve tomar uma posição mais dura. O governador sabe do que está acontecendo, ele lê jornal, mas não se dá ao trabalho de pedir alguém para ter carinho com uma pessoa que o defende neste Plenário, como o senhor e o povo de Lafaiete, que deu a ele a maioria dos votos.

E dinheiro tem. Tem, porque nesta semana já estão criando mais cargos, mais contratados, alugando mais salas, como foi no Idene em Espinosa, para resolver o problema de cargos que estamos votando aqui, aumentando a despesa. E não tem dinheiro para a Codemig doar esse terreno.

Conte com esta Casa, mas a maneira como o PT trata aquelas pessoas – uns até tratam bem, como V. Exa. - é de jogar de lado e não dar a atenção que merecem. Mas tenha certeza de que, caso o senhor precise dos deputados, o PTB, o deputado Arlen Santiago estará à sua disposição para o fazermos ouvir. Tenho certeza de que a uma hora dessas já há gente ligando para o secretário: “Olha, governador, como você trata mal o Glaycon, como você trata mal o Vale do Piranga, como você trata mal o povo de Lafaiete?”. Já não resolve o problema do hospital, já tem quase um ano desse desgoverno do PT, que a única coisa que faz é copiar o governo do PT federal, a Dilma. E dinheiro tem. Daqui a pouco vou falar e mostrar os convênios novos feitos sem consultar os deputados, que estão aqui votando aumento de imposto.

Obrigado, deputado. Estamos às suas ordens e não aceitamos, por ser tão educado como é, que o governo faça esse tipo de coisa com o senhor e com sua gente.

O deputado Glaycon Franco* – Gostaria de concluir, reforçando que o governo, na nossa audiência, assumiu o compromisso de terminar o nosso hospital regional, o que foi uma alegria para todos nós. É um sonho nosso, especialmente meu, que labuto na medicina há 25 anos e conheço a realidade da nossa região carente, que precisa ser assistida principalmente na questão da saúde. E tenho certeza de que o nosso governador se sensibilizará e nos ajudará nessa causa, porque não podemos deixar uma região tão importante para o Estado de Minas Gerais ficar órfã desses cursos, dessas faculdades, porque sabemos da extrema relevância dessa fundação para o ensino superior de nossa gente. Obrigado, presidente, obrigado a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Ricardo Faria* – Agradeço a boa vontade do presidente e saúdo os colegas deputados e os telespectadores da TV Assembleia. Prometo que serei breve, mas faço uso do microfone desta Casa para cumprimentar nossos valorosos e queridos fisioterapeutas, que comemoram o seu dia em 13 de outubro. Esse profissional é fundamental na construção de um sistema único de saúde, na construção de um sistema que priorize a qualidade de vida para a nossa população.

Como fisioterapeuta, fico muito feliz em saber dos avanços e das conquistas da nossa profissão. Durante muito tempo, o profissional da fisioterapia foi concebido sob um viés voltado para a atenção terciária e para as práticas da reabilitação, mas hoje sabemos que todos comungam de uma excelência de conhecimento também voltada para a atenção básica e para a gestão, haja vista o



número de fisioterapeutas em cargos de diretorias e sendo grandes gestores. Portanto, acompanhamos as comemorações do dia 13 de outubro com muita satisfação e faço aqui minha homenagem a esses profissionais, reiterando minha honra e alegria em fazer parte dessa profissão, que tanto ajuda a cuidar das pessoas.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* – Agradeço a concessão do aparte e parabeno o deputado não só por seu trabalho como fisioterapeuta, mas também por seu trabalho como gestor público e, hoje, como deputado a esta Casa, defendendo os interesses da sua região. Também quero cumprimentá-lo pelo Dia do Fisioterapeuta, um parceiro importantíssimo. Eu, que sou médico, sei do valoroso trabalho dos fisioterapeutas nos hospitais, nos ambulatórios e no dia a dia dos pacientes.

Gostaria também de agradecer ao secretário de Saúde, Fausto, a manutenção em Minas Gerais dos programas estruturadores de unidades móveis de prevenção ao câncer, projeto criado no governo passado por meio de lei de nossa autoria. Esse é um trabalho que tem dado grande resultado para as pessoas do Estado. É um dos programas mais inovadores e efetivos no enfrentamento ao câncer em Minas Gerais porque disponibiliza exames importantíssimos, aliados ao diagnóstico inicial do câncer, para que as pessoas tenham acesso ao diagnóstico inicial e tenham oportunidade de se curar e ficar livres da doença. Esse trabalho tem sido mantido pelo governo do Estado, através da Secretaria de Saúde, e, na semana passada, neste Outubro Rosa, que é o Mês Internacional de Enfrentamento ao Câncer, estivemos com a carreta em Tiradentes; nesta semana, estamos em Rosário da Limeira e, nas próximas semanas, iremos a Além-Paraíba, Pirapetinga, Estrela-d'Alva e Volta Grande. A agenda anual contempla inúmeras cidades, beneficiando diversas pessoas que, infelizmente, não teriam acesso a esses exames se não fosse por esse programa. Portanto, gostaria de agradecer mais uma vez ao Fausto a manutenção desse projeto, que, tenho certeza, é uma das formas mais eficazes de reduzir a mortalidade por câncer, ponto em que o Brasil é um dos líderes – cerca de 70% dos nossos pacientes vão a óbito, exatamente pelo diagnóstico tardio. Hoje, o mundo reconhece que a única maneira de enfrentar o câncer é o acesso ao diagnóstico inicial. Parabéns ao governo do Estado e ao secretário de Saúde pela manutenção desse projeto, criado por lei de nossa autoria nesta Casa. Muito obrigado.

O deputado Ricardo Faria* – Parabéns, Doutor Wilson. Sabemos da sua militância frente a saúde pública; da importância das carretas de mamografia nesse período de outubro, o Outubro Rosa, quando comemoramos também o lançamento das campanhas de combate e prevenção ao câncer de mama – fundamental essa iniciativa acertada do nosso secretário Fausto, que esteve aqui, nesta Casa, para fazer a prestação de contas da saúde. É inédito isso, Doutor Wilson. Só neste ano, o secretário Fausto esteve aqui três vezes para prestar contas de todos os recursos, de todas as ações da Secretaria Estadual de Saúde, anunciando, inclusive, boas novas, Rogério, como, por exemplo, as unidades de pronto-atendimento. Aquelas unidades credenciadas pelo Ministério da Saúde agora receberão recursos de custeio. Ou seja, trata-se de uma iniciativa do Estado para ajudar no atendimento de urgência e emergência aqui, no Estado de Minas Gerais. Para cada UPA, seja da tipologia 1, 2 ou 3, credenciada junto ao Ministério, o Estado investirá um valor de 25% do que o Ministério já investe. E a gente fica muito feliz com essa disponibilidade do secretário Fausto de estar sempre aqui atendendo a Comissão de Saúde. Vejo aqui o nosso deputado Carlos Pimenta, o deputado Arlen, que estiveram lá e participaram da prestação de contas, o que mostra sempre a boa vontade e disposição do diálogo do secretário Fausto de estar aqui. Então a gente fica muito feliz com tudo isso.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Ricardo Faria, tenho de, primeiro, parabenizar V. Exa. não só pelo pronunciamento, mas também pelo trabalho que vem desenvolvendo dentro da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, uma das comissões mais importantes que temos na Casa – V. Exa., junto aos deputados da Comissão de Saúde, o Doutor Wilson Batista, que já nos agraciou com sua palavra, o deputado Carlos Pimenta, aqui presente e que, nessa área, tem uma experiência enorme. Todos não de reconhecer o trabalho – isso tem sido dito – que o nosso secretário Fausto tem feito pela questão da saúde pública. E já tem muita experiência. Tenho certeza de que o Fausto, que tem experiência junto ao Ministério, que já foi cotado diversas vezes para ser nosso ministro, era um secretário que todos nós queríamos e que tem correspondido, apesar de todas as dificuldades que tem o quadro da saúde pública e das discussões que fazemos em torno da melhoria da saúde em Minas Gerais e no Brasil.

Mas a Comissão de Saúde – V. Exa. e os deputados que citei – tem uma característica na saúde muito interessante, que a gente chama até do partido da saúde: todos acabam estando unificados. Com raríssimas exceções, alguns destoam, porque colocam mais a questão partidária acima da questão da saúde. Mas em geral na saúde isso é muito comentado: é o partido da saúde. Vem em primeiro lugar a defesa da saúde pública, do SUS. E isso eu acho que acontece devido às dificuldades que esse setor tem e também a dificuldade em si de quem se coloca a vida inteira em prol de algo tão substancial e tão difícil, que é cuidar da saúde. E a gente assiste exemplo disso há muito.

Eu, por exemplo, que agora estou com casos de doença mais grave na família, sei da afeição que todos os servidores da saúde, médicos têm pelos doentes, pelos que estão enfermos. E isso é que nos demonstra, realmente, essa unidade que se coloca em torno da questão da saúde. Eu queria enaltecer o que V. Exa. tem apresentado em torno disso, e também parabenizar os terapeutas ocupacionais, pelos quais V. Exa. iniciou a fala. A minha filha é terapeuta ocupacional, trabalhou com V. Exa. em Contagem. Então, tenho também uma relação familiar com esse setor.

Quero parabenizar o Faustinho, que continue com esse trabalho maravilhoso que vem fazendo. Que avancemos cada vez mais nas questões públicas de saúde, de segurança, de educação, com que tenho afinidade maior por ser professor.

Comunico que ontem foi possível fechar um acordo do setor da educação, que são trabalhadores de superintendências e Secretaria de Educação. Todo um acordo com a educação se iniciou. Neste primeiro ano do governo Pimentel, já selamos um acordo de paz com a educação que vai prosperar muito, depois de tantos anos eles sendo maltratados e proibidos disso e daquilo, até de se alimentar na escola, estamos selando um acordo com a educação que vai ser também muito bom para Minas Gerais. O governo Pimentel tem feito com o serviço público uma boa parceria. Tenho certeza de que será o carimbo principal para as políticas que o governo Fernando Pimentel havia prometido ao nosso povo. Parabéns.

O deputado Ricardo Faria* – Agradeço ao deputado Rogério Correia as palavras e saúdo todos os terapeutas ocupacionais na pessoa da Dra. Júlia, nossa amiga e grande TO que tanto fez por nossa Contagem e agora pelo Estado de Minas Gerais. Cumprimento-a pela forte liderança de Rogério Correia e esse acordo importante valorizando também os servidores administrativos da educação, tão



fundamentais numa boa gestão escolar, dando toda a condição para que o nosso corpo docente, os nossos professores executem uma educação de qualidade.

O deputado Deiró Marra (em aparte)* – Deputado Ricardo Faria, meus parabéns. Estávamos acompanhando atentamente as palavras de V. Exa. Não poderíamos, de certa forma, deixar de enaltecer os fisioterapeutas neste dia tão importante. Na nossa família, temos sobrinhos, primos e irmãos fisioterapeutas. Então, isso é de uma importância enorme. Parabenizo também por essa questão da gestão da saúde. Diga-se de passagem, pelo que vivemos nesta Casa, é uma das poucas pastas que tem uma gestão que tem dado profícuo sabor e satisfação em fazer alguns elogios. Realmente, a área de saúde tem isso. Vimos que temos lá condições de aplicar. Esses recursos aplicados têm sido, de forma especial, muito apresentáveis. Cito um caso específico, a santa casa da cidade de Monte Carmelo, onde temos agora uma parceria do hospital municipal com a Secretaria de Estado de Saúde. Isso mostra o carinho e a dedicação que este nosso governo tem feito nesse item. Portanto é preciso ressaltar.

Gostaria de finalizar, até pelo pouco tempo, deputado Ricardo, dizendo que queríamos isso também na área de infraestrutura. Queríamos aqui também, deputado Rogério Correia, um Fausto lá na Secretaria de Desenvolvimento; queríamos também um Fausto lá na Setop, para que tivéssemos, sim, obras sendo feitas, porque as nossas rodovias já estão – não direi nem na UTI – em estado terminal. Então, precisamos, sim, nos focar também nesse quesito e avançar. Tenho certeza de que, num momento certo, precisamos dessa vocação e desse bom-senso do governo.

Para não mais tomar seu tempo, quero parabenizá-lo mais uma vez, deputado jovem e atuante, que chega a esta Casa com muita tranquilidade. Ricardo, seja sempre altivo nessas ponderações. Muito obrigado.

O deputado Ricardo Faria – Agradeço as palavras, deputado Deiró, agradeço-lhe o carinho com a nossa profissão.

Encerramos, Sr. Presidente, reafirmando, mais uma vez, esse nosso compromisso com essa tão bela profissão, que tanto ajuda a construir uma saúde de qualidade. Fomos homenageados pelo nosso Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Nosso abraço a cada fisioterapeuta, especialmente ao Dr. Anderson, que preside o nosso conselho, entidade tão fundamental na vida de todos nós, fisioterapeutas.

Finalizo desejando felicidade a todos os valorosos fisioterapeutas de Minas Gerais. Era isso, presidente. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* – Caro deputado Hely Tarquínio, competente médico e nosso decano na Assembleia Legislativa. Estamos hoje ocupando a tribuna, Sras. e Srs. Deputados, amigos da nossa TV Assembleia que nos veem, e fomos precedidos pelo deputado Ricardo Faria, que tem uma grande atuação na Comissão de Saúde e está tendo de atuar muito porque, infelizmente, o governo do PT não cumpre compromisso, copia simplesmente o que acontece em Brasília. Falaram que abaixariam a tarifa da luz elétrica, caro telespectador, e abaixaram? O pior é que, além disso, o governo de Minas aumenta o ICMS, trazendo constrangimento a muitos deputados, e muitos até não quiseram votar. Aquela obediência cega tem de acabar. Ouvimos falarem aqui, um pouco antes, a respeito de Conselheiro Lafaiete, onde o deputado Glaycon Franco presta o serviço do seu mandato a este governo, e o governo não cuida do hospital. Agora quer acabar com a faculdade de Lafaiete. É uma situação extremamente danosa. Não acabam o hospital regional, que já está quase 90% pronto. Lá de Uberaba, lá de Sete Lagoas, e vários outros. É um programa de governo do Estado. E o governo do Estado, com a perseguição do governo do PT, ainda conseguiu fazer isso tudo.

Falar que não há dinheiro, com certeza não adianta. Se não há dinheiro, deputado Elismar Prado, V. Exa. e seu irmão Weliton, que sempre lutam a favor de diminuir a tarifa da conta de luz elétrica, agora o governador aumentou muito o ICMS de todos os comerciantes, e ainda acabou com um projeto do Aécio. Aumentou agora o preço do caderno das criancinhas, da borracha das criancinhas, da pasta de dente. Que saúde teremos sem o pessoal poder pelo menos comprar pasta de dente, escova dental? Não poder comprar caderno, essa situação é muito danosa.

E o governo fala que não tem dinheiro. Não tem dinheiro para contratar os concursados da Secretaria de Saúde. Fomos lá para sermos ouvidos, e o secretário não quis nos atender, mandou o terceiro e o quarto escalão. Depois disso, marcaram outra reunião para o dia 13. Dia 13 eu estava viajando, porque dias 12 e 13 fui ver o que há de melhor no País no campo de próteses para amputados, porque ano que vem a Comissão de Saúde se dedicará à temática dos amputados e suas próteses. Aí receberam e falaram o quê, deputado Wander Borges? Falaram que não há o que falar com eles. Eu não estava presente, mas havia um deputado da Comissão de Saúde lá, e ficou tudo desse jeito. “Em janeiro voltaremos a falar, se houver mais dinheiro”. Como haverá dinheiro? Não tem jeito. A contratação é cada vez maior. Agora, por exemplo, em vez de combater a seca em Espinosa, Mato Verde e Monte Azul, sabem o que o Idene está fazendo? Alugando casa para ser escritório, contratando gente.

E há dinheiro, é só olhar, deputado Antonio Lerin, o nosso *Minas Gerais* de hoje. O Convênio nº 991, Secretaria de Governo e Associação Cultural e Estudantil Pontense. Fico muito satisfeito da minha querida São João da Ponte poder receber R\$350.000,00 para comprar um ônibus. Ótimo, não há dúvida alguma. Excelente. Também a cidade de Careçu. Não estou me lembrando quem é o secretário, e gostaria que alguém me ajudasse. Odaír Cunha. Secretaria de Governo e Prefeitura Municipal de Careçu, num convênio de asfaltamento de 2.226m, R\$551.218,00.

Falar que não tem dinheiro? Tem. Mas tem para quem? Para os companheiros, para aumentar os cargos, para aumentar a despesa do Estado e para atender alguns poucos. O resto dos deputados, principalmente os do bloco independente, vota o aumento de impostos. Tirem retrato para a população ficar sabendo: esses aqui aumentaram o imposto. Para quê? Para resolver o problema de uns.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, “de repente, assim do nada, começaram a surgir com destaque pesquisas revelando o Brasil maravilhosa, o País onde a fome foi erradicada na propaganda do PT. E a pobreza absoluta era como nos contos infantis, um monstro que vivia nas cavernas do passado. Descoberto, cassado, destruído pelos supergovernantes de um país fundado a partir de 2003. Antes disso, as trevas; depois disso, a luz, o brilho ofuscante da felicidade total de um povo que atravessou o mar da miséria para viver na Canaã, terra prometida pelos bravos companheiros. Só que essa Canaã cantada em verso e prosa e com existência atestada pelas pesquisas. Quero dizer aqui que não sou contra as pesquisas, pois algumas são até verdadeiras. Só que essa questão da Canaã não existe, não como a terra dos sonhos vendida aí. Na prática, existe, sim, uma Canaã, lá pelos sertões de Pernambuco, que se tornou



conhecida ao receber, em 2005, o helicóptero presidencial carregando o Lula. Em mais uma ação de *marketing*, agachado próximo a uma cerca, fez foto com crianças – sempre elas –, tentando demonstrar carinho e compromisso com o futuro delas. Supostas beneficiárias de mirabolantes programas sociais que, em pouco tempo, transformariam o sertão nordestino na Holanda dos trópicos. Era isso que o PT prometia. Como uma fadinha, lá estava ele com uma varinha nas mãos, fazendo a mágica desaparecer com tudo de ruim que oprime o povo. Dez anos depois, a realidade deixa clara que Lula não era a fadinha e a varinha era ilusão, assim como eram os tais programas de inclusão, que, como se vê hoje, nada mais estão representando, a não ser a velha prática da distribuição de recursos para cooptar carentes, amarrando seus votos.

Antigamente, os velhos coronéis da política davam botinas, um pé de cada vez para segurar o voto. Lula teve o mérito de modernizar, trocou as botinas por cartões bancários, com os quais, infelizmente, os pobres sacam o dinheirinho que o governo garante que é suficiente para transformar a sua vida, sem educação, sem saúde, sem infraestrutura e sem perspectiva de emprego. Deram *status* às práticas do coronelismo, criando o coronossocialismo ou socialismo dos novos coronéis. São os coronéis do PT”.

Não sou eu quem digo isso. Tenho aqui e solicito à presidência, Hely Tarquínio, que faça constar nos anais da Casa artigo assinado pelo insuspeito senador Cristovam Buarque, petista de origem, mais do que muitos dos falastrões atuais, ex-ministro de Lula, ex-governador do Distrito Federal e que acabou deixando o petismo por desilusões e mágoas com a forma de agir dos seus dirigentes. O senador teve o cuidado, que talvez os pesquisadores não tenham tido, de visitar a comunidade Canaã, próxima à cidade de Toritama, onde o ex-presidente esteve para fazer a foto, transformada em peça publicitária, disfarçada e jornalística. Buarque identificou cada uma das crianças que apareceram na foto e algumas que, mesmo no grupo, ficaram fora dela. Estavam lá mendigando o olhar do presidente dos pobres. Mostrou a realidade delas 10 anos depois. Taciana, à época com seis anos, hoje com 16, é apenas uma semialfabetizada, mãe de uma criança de pouco mais de um ano; seu irmão, o cambiteiro, que olhou com esperança para o Lula, largou a escola e acabou sendo assassinado. Outra criança do grupo sumiu da região após ser presa e esfaqueada na prisão e ainda é, se estiver vivo, uma criança. Enfim cada um dos abençoados pelo novo Moisés da foto segue o seu calvário de quem nunca foi realmente assistido pelo governo, de quem foi apenas manipulado e transformado em número da campanha eleitoral.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a realidade do Brasil é a descrita no artigo do Senador Cristovam, publicado no último dia 9, na página 21, do jornal *O Tempo*, que quero seja transcrito nos anais desta Casa:

“Sras. Deputadas, que não venham apresentar números artificialmente criados de pobres que teriam vencido as dificuldades. A grande maioria deles não venceu. De filhos de pedreiros que poderiam realmente ser engenheiros se o PT agora não acabasse com o Pronatec, se o PT não acabasse com o Fies. De filhas de lavadeiras que poderiam ser médicas, se por acaso o PT não acabasse com o Fies. O tempo cuidará de mostrar que essa é mais uma falácia. Serão elas vítimas de um sistema de ensino falido, onde quem ensina não sabe. A chegar às faculdades com sérias deficiências educacionais e, por isso mesmo, terão dificuldades em se transformar em profissionais capacitados.

Não tiro o mérito desses programas, não sou radical em busca de crítica barata. Faço apenas uma constatação da realidade, e a realidade é que, na educação, construíram o telhado antes de construir o alicerce. Na saúde, a situação é ainda mais grave. Acabaram com o alicerce que existia, e o telhado está vindo ao chão”.

Senhoras e senhores parlamentares, a situação em Minas não é em nada diferente da realidade de Canaã. Por aqui, o que se viu e continuamos assistindo é só descompromisso do governo federal e agora do governo estadual do PT, no atendimento à demanda da nossa população. Onde estão as obras prometidas, estradas, hospitais regionais, saneamento, moradias de qualidade, a não ser nas fotos de publicidade e nos discursos fáceis? Onde elas estão? Responda quem souber, mas responda com verdades, não com as mentiras de sempre, que são colocadas cada vez mais”.

Caro presidente Hely Tarquínio, hoje, quando a gente ouvi falar que o Estado não tem dinheiro, realmente ele não tem dinheiro, Wander Borges, porque, por exemplo, lá em Minas Novas, o governo passado começou a fazer um serviço de hemodiálise, assim como fez em Itaobim, em Janaúba, em Salinas, em Brasília de Minas e em tantos outros lugares. Este governo que entrou – e a eleição foi dia 5 de outubro, já se passou mais de um ano da eleição – até hoje não mandou o dinheiro. O secretário foi pego de surpresa. O secretário de Saúde, o Fausto, não está sabendo da quantidade de situações que estão acontecendo. Não só essa, mas várias outras.

E nós vamos lutar na Comissão de Saúde e em todas as trincheiras para que Minas Gerais não se torne a Canaã das fotografias do Lula, aonde ele vai e bota as criancinhas pobrezinhas do outro lado da cerca, prometendo que mudaria a vida delas. E mudou, mudou, acabou com a esperança delas, porque elas ainda tinha esperança.

O deputado Wander Borges (em aparte)* – Inicialmente, queria parabenizar o deputado Arlen porque colocou a questão do Fies. A questão do Fies é realmente uma coisa muito séria. Por quê? O Brasil, até então, tinha 500 mil bolsas de Fies e baixou para 65 mil bolsas. Olha, estou falando que reduziu em quase 80% o financiamento na condicionante de acesso ao nosso alunado à universidade, à faculdade.

Há de se ressaltar ainda que, infelizmente, nos poucos Fies que estão sendo feitos, temos faculdades aqui em Belo Horizonte e na região metropolitana que estão recebendo 4, 5, 12 bolsas e não estão financiando aqueles cursos de ponta. Estão financiando aqueles cursos em que o nível de empregabilidade atualmente é extremamente questionado. Então, quer dizer, esperamos que realmente haja uma mudança drástica dentro desse conceito, no próprio conceito de democracia, pois muita gente fala nesta Casa: “Isso aí é agressão à democracia. Isso é isso”. Gente, qual é a qualidade da democracia que temos nesta nação? Temos uma democracia literalmente fragilizada. Parabéns, deputado Arlen.

O deputado Arlen Santiago* – Muito obrigado. Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, pedir que se coloque nos anais esse artigo do ex-petista – e temos muitos, como Cristovam Buarque, Hélio Bicudo e vários outros.

* – Sem revisão do orador.


MATÉRIA ADMINISTRATIVA
ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/10/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Helena Ferreira Pena, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Frederico Doria Timotheo, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Gisele Maria Resende, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 77/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: BH News TV Comunicação Ltda. Objeto: prestação de serviço de fotojornalismo, conforme descrito na cláusula primeira. Objeto do aditamento: acréscimo quantitativo de 11,18% ao objeto do contrato, em razão da ampliação do número de prestatas de oito para nove. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 10110112270120090001339000.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

(Constituição Estadual, art. 73 § 3º, incluído pela EC nº 61 de 23/12/2003)

Unidade Orçamentária: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3º TRIMESTRE DE 2015

(Em reais)

Cargo/Função	JULHO	Qtde	AGOSTO	Qtde	SETEMBRO	Qtde	Total Trimestre	Qtde Média
Membros do Poder	2.101.746,75	83	2.117.746,75	83	2.101.746,75	83	6.321.240,25	83
Efetivos	20.850.541,59	1.115	20.255.207,79	1.112	20.126.929,97	1.108	61.232.679,35	1.112
Cargo de Recrutamento Amplo	17.404.234,59	2.581	17.463.152,25	2.596	17.340.481,19	2.601	52.207.868,03	2.593
Inativos	22.636.774,65	1.098	22.657.559,73	1.100	22.704.324,34	1.100	67.998.658,72	1.099
Pensionistas	173.763,76	14	173.763,76	14	173.763,76	14	521.291,28	14
Militares	48.885,05	13	48.996,41	14	47.610,28	14	145.491,74	14
SUBTOTAL	63.215.946,39	4.904	62.716.426,69	4.919	62.494.856,29	4.920	188.427.229,37	4.914

Patronal	8.157.847,48		6.843.093,03		6.902.813,28		21.903.753,79	
----------	--------------	--	--------------	--	--------------	--	---------------	--

TOTAL	71.373.793,87		69.559.519,72		69.397.669,57		210.330.983,16	
--------------	----------------------	--	----------------------	--	----------------------	--	-----------------------	--

NOTA EXPLICATIVA: Expurgo das despesas de exercícios anteriores classificadas na rubrica 3.1.90.92(01)

Deputado Adalclever Ribeiro Lopes – Presidente; Cristiano Felix dos Santos Silva – Diretor-Geral; Theophilo Moreira Pinto Neto – Diretor de Recursos Humanos; Antoninho Rodrigues Goulart – Diretor de Finanças.

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2015

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual

(Em reais)

AGÊNCIA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TRIMESTRE
Consórcio Faz e Branez Total	1.848.617,06	1.531.760,60	246.342,38	3.626.720,04



TOTAIS	1.848.617,06	1.531.760,60	246.342,38	3.626.720,04
---------------	---------------------	---------------------	-------------------	---------------------

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

AGÊNCIA	EMPENHADO NO TRIMESTRE	LIQUIDADO NO TRIMESTRE	PAGO NO TRIMESTRE
Consórcio Faz e Branez Total	3.626.720,04	3.946.666,19	3.946.666,19
TOTAL GERAL NO 3º TRIMESTRE/2014	3.626.720,04	3.946.666,19	3.946.666,19

Nota: não houve movimentação de restos a pagar relativa a despesas com publicidade.

Deputado Adalclever Ribeiro Lopes, Presidente; Deputado Ulysses Gomes de Oliveira Neto, 1º-Secretário.